O impacto da participação paterna no desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Mariana Grippa Valfré[1]
Ingrid Kandler[2]
Fábio Gonçalves Coutinho[3]

Resumo: Objetivo: Este trabalho tem o objetivo analisar como a participação do pai influencia o desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Metodologia:** A partir de uma revisão bibliográfica, nas bases de dados PubMed e SciElo – Scielo Scientific Electrocin Library. buscou-se identificar as transformações no papel paterno, os desafios enfrentados no cotidiano das famílias e as barreiras que dificultam a coparentalidade em contextos de neurodivergência. **Resultados e Discussão:** Foram levantados aspectos históricos e sociais que ainda atribuem à mãe a função exclusiva do cuidado, marginalizando o pai no processo de desenvolvimento infantil. Também foram examinadas as consequências da ausência paterna e os impactos da sobrecarga materna sobre a dinâmica familiar. O estudo evidenciou que a atuação constante e afetiva do pai favorece o desenvolvimento emocional, social e cognitivo da criança, principalmente daquelas com diagnóstico de TEA, além de contribuir para o equilíbrio das responsabilidades domésticas e fortalecimento dos vínculos familiares. **Conclusão:** A participação paterna nos cuidados da criança com TEA é muito pequena quando comparado com os cuidados maternos com a mesma criança. A análise das fontes revelou ainda a carência de políticas públicas e práticas institucionais que incentivem a participação dos homens no cuidado do paciente com TEA.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil; Paternidade; Transtorno do Espectro Autista.

The impact of paternal participation on the development of children with Autism Spectrum Disorder (ASD)

Abstract: Objective: This study aims to analyze how a father's involvement influences the development of children with Autism Spectrum Disorder (ASD). **Methodology:** Based on a literature review of the PubMed and SciElo—Scielo Scientific Electronic Library—databases, we sought to identify changes in the paternal role, the challenges faced in families' daily lives, and the barriers that hinder co-parenting in contexts of neurodiversity. **Results and Discussion: Historical** and social factors were examined that still assign the exclusive role of caregiving to the mother, marginalizing the father in the process of child development. The consequences of paternal absence and the impacts of maternal overload on family dynamics were also examined. The study demonstrated that the father's consistent and emotionally supportive involvement promotes the child's emotional, social, and cognitive development—particularly for children diagnosed with ASD—while also contributing to a balance of domestic responsibilities and the

[1] Pós-graduada em Pediatria pelo Instituto de Pós-graduação Kandler Coutinho - IKAT. E mail: valfre.marianag@hotmail.com
[2] Médica Pediatra, Doutora em Pediatria, Professora da Pós-graduação em Pediatria do Instituto de Pós-graduação Kandler Coutinho – IKAT. E-mail: ingrid.kandler@yahoo.com.br
[3] Médico Infectologista, Doutor em Pediatria, Professora da Pós-graduação em Pediatria do Instituto de Pós-graduação Kandler Coutinho – IKAT. E-mail: coutinhofg@yahoo.com.br

strengthening of family bonds. **Conclusion:** Paternal involvement in the care of children with ASD is very limited when compared to maternal care for the same children. Analysis of the sources also revealed a lack of public policies and institutional practices that encourage men's participation in the care of individuals with ASD.

Keywords: Child development; Paternity; Autism Spectrum Disorder.

Introdução

A participação do pai na vida de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) envolve dimensões que ultrapassam o cuidado funcional, alcançando aspectos afetivos e relacionais que influenciam diretamente o desenvolvimento da criança. Ainda que discursos mais recentes apontem para uma valorização da paternidade ativa, o cotidiano das famílias que convivem com o autismo continua marcado por uma divisão desigual de responsabilidades. Em muitos casos, os homens permanecem distantes das ações de cuidado, enquanto as mulheres assumem a maior parte das tarefas, acumulando funções que geram sobrecarga e restringem as possibilidades de um acompanhamento mais integral da criança. O envolvimento do pai de forma constante e significativa pode alterar esse cenário ao introduzir novas referências emocionais e ampliar o suporte necessário para que a criança desenvolva habilidades de interação, comunicação e autonomia (Bossardi; Vieira; Paraventi, 2021).

A convivência diária com uma criança autista exige reorganizações importantes na rotina e no modo como os vínculos se estabelecem dentro da família, o que implica um desafio direto às representações convencionais atribuídas à figura paterna. Muitos homens se deparam com o diagnóstico do filho sem qualquer preparação prévia, lidando ao mesmo tempo com a insegurança sobre como agir, a sensação de despreparo emocional e a percepção de que não são esperados ou desejados nos espaços de cuidado. Essa exclusão frequentemente se perpetua por meio de práticas institucionais que reforçam o papel exclusivo da mãe no acompanhamento terapêutico e escolar da criança, deixando o pai como um coadjuvante nas decisões e nos processos formativos que envolvem o desenvolvimento do filho. Ainda que o afastamento não seja sempre intencional, ele acaba sendo alimentado por um sistema que não acolhe a participação dos homens nem os orienta quanto às possibilidades de engajamento ativo (Guedes Henn; Sifuentes, 2010).

Sendo assim, a pergunta que orienta esta revisão é: como a presença e a participação dos pais influenciam o desenvolvimento de crianças com diagnóstico de autismo? Parte-se da

ideia de que quando o pai se envolve no dia a dia da criança, de forma constante e afetuosa, isso pode ajudar no avanço de habilidades como fala, interação social, controle das emoções e independência. Além disso, essa presença tende a ajudar a equilibrar a rotina da família, diminuindo a carga que normalmente recai sobre a mãe e fortalecendo os laços entre todos os cuidadores (Fonsêca; Parreiras; Modena, 2023).

O objetivo geral deste trabalho é entender de que forma a participação paterna pode influenciar o desenvolvimento de crianças com autismo. Como objetivos específicos, pretende-se apontar os fatores que dificultam essa participação, observar como o envolvimento dos pais pode ajudar no dia a dia da criança e pensar em maneiras de incentivar esse papel nas famílias.

A escolha por esse tema surgiu da vontade de refletir sobre como os pais podem estar mais presentes no cuidado e na convivência com seus filhos, especialmente em situações que exigem mais atenção e acompanhamento. Também se considera importante ampliar as discussões sobre esse assunto, já que nem sempre o papel do pai é lembrado quando se fala em cuidado, acolhimento e desenvolvimento de crianças com necessidades específicas. Esse estudo busca somar às pesquisas que tratam de parentalidade e infância, trazendo um olhar mais atento para a importância da presença paterna nas famílias com crianças autistas.

Metodologia

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica, a escolha por essa abordagem se justifica pela intenção de reunir conhecimentos disponíveis sobre a participação paterna no cuidado de crianças com TEA, observando como essa presença pode influenciar o desenvolvimento infantil.

Os materiais utilizados foram artigos científicos, dissertações e trabalhos acadêmicos selecionados pelo pesquisador, utilizando os descritores: Desenvolvimento infantil; Paternidade; Transtorno do Espectro Autista; nas bases de dados PubMed e SciElo – Scielo Scientific Electrocin Library. Os textos foram lidos integralmente e selecionados com base na relevância para os objetivos do estudo. A análise seguiu uma leitura atenta, com destaque para trechos que abordam diretamente os desafios enfrentados pelas famílias, as barreiras culturais e institucionais à presença do pai e os impactos dessa presença no cotidiano da criança.

Resultados e Discussão

Paternidade e transformações no papel do pai na criança com TEA

A configuração da família está se modificando em relação ao modelo nuclear apenas nas últimas décadas, quando os efeitos da urbanização e da entrada das mulheres no mercado de trabalho começaram a alterar não somente as funções exercidas por cada membro da família, mas também a própria compreensão do que significa ser pai. Contudo, o que se observa é que, apesar dessas alterações na estrutura externa da família, os papéis afetivos atribuídos ao pai continuam marcados por invisibilidade, que é acentuado nas famílias com uma criança com TEA, o que, em grande medida, permanece alinhado a uma divisão sexual das funções de cuidado que não acompanha a transformação observada no discurso público sobre igualdade de gênero (Gonçalves, 2022).

A figura do pai, ainda hoje, tende a ocupar o espaço simbólico do provedor e não o do cuidador direto, mesmo quando presente fisicamente no núcleo doméstico, o que gera uma duplicidade entre o papel real e o papel socialmente reconhecido que é estabelecido ao pai. A mãe segue como a figura legitimada para exercer os cuidados cotidianos e, inclusive, nos primeiros anos de vida da criança, é socialmente aceito que o pai atue apenas de maneira periférica, como um coadjuvante no processo de desenvolvimento infantil, o que cria uma espécie de barreira tácita que dificulta a atuação efetiva e emocionalmente significativa do homem na parentalidade (Bernardi, 2017).

> A função do cuidado e a criação dos filhos passaram assim a ser função da mulher. Os homens por outro lado, mantinham-se afastados do universo infantil; um fenômeno observado até mesmo nas profissões que envolvem cuidados, como as creches infantis, onde era, e ainda permanece predominante a atuação feminina [...] Padilha (2001) aponta que a ideia de um pai fisicamente distante, que acompanhou o homem durante um longo período, tinha como pano de fundo a crença de que o pai não deveria expressar emoções em relação aos filhos para assim transmitir-lhes autoridade" (Bernardi, 2017, p. 63).

O envolvimento paterno, por não ser incentivado nem pelas instituições formais como o sistema de saúde, as escolas ou o próprio ambiente de trabalho, nem pelos núcleos informais como a família extensa e a rede de vizinhança, muitas vezes acaba sendo condicionado a iniciativas individuais, e que costumam ser desarticuladas e sem continuidade. Em contextos sociais marcados por vulnerabilidade econômica ou fragilidade de laços afetivos, essa ausência

institucionalizada da figura paterna resulta em crianças que crescem com lacunas de referência masculina que não são compensadas por outros arranjos simbólicos ou relacionais (Oliveira; meneghini, 2020).

Segundo Gonçalves (2022), as resistências à coparentalidade não surgem apenas da indisponibilidade dos pais, mas também de uma dinâmica relacional que reforça a centralidade da mãe e legitima a desconfiança em relação à capacidade do pai em exercer o cuidado. Isso se observa em práticas corriqueiras, como a tendência de professores, médicos e outros profissionais se dirigirem sempre à mãe como a figura de referência, ignorando a presença do pai ou tratando-a como eventual, isso resulta a perpetuação de um modelo em que o pai não é impedido de cuidar, mas tampouco é convidado ou preparado para fazê-lo, tornando a criança com TEA mais afastada do pai.

A construção da masculinidade ainda se ancora em elementos que excluem o cuidado como prática legítima para os homens. Desde a infância, os meninos são desencorajados a brincar com bonecas, a exercer gestos de afeto ou a expressar emoções com vulnerabilidade. Esses pequenos comandos sociais — que operam quase sempre de forma implícita — criam sujeitos que, ao se tornarem pais, não possuem repertório emocional ou simbólico para o exercício do cuidado cotidiano, e que, muitas vezes, se sentem inadequados ou até mesmo deslocados quando tentam se aproximar afetivamente dos filhos (Bernardi, 2017).

Ainda segundo Bernardi (2017), mesmo quando o desejo de participação existe, a falta de respaldo jurídico e institucional torna a prática da paternidade afetiva algo quase excepcional. A diferença entre os períodos de licença-maternidade e licença-paternidade, por exemplo, não se trata apenas de um descompasso numérico, mas de um indicativo claro da atribuição desigual de responsabilidades parentais. Quando a legislação favorece a permanência da mãe e não oferece condições equivalentes ao pai, estabelece-se desde o nascimento uma assimetria que, mais tarde, será difícil de romper, ainda que o pai deseje se envolver de maneira mais intensa no processo de criação.

A escassez de representações culturais positivas sobre pais cuidadores dificulta a emergência de modelos alternativos. Nas mídias, nos discursos escolares, nas campanhas públicas, o pai ainda aparece como figura secundária, o que não apenas reflete, mas também retroalimenta a ausência de políticas públicas robustas voltadas para a promoção de uma paternidade ativa. Mesmo os espaços institucionais que recebem pais — como creches e postos de saúde — muitas vezes não estão preparados para reconhecer, acolher ou orientar esses sujeitos em seus esforços de participação (Oliveira; Meneghini, 2020).

A presença do pai, quando constante e emocionalmente comprometida, favorece a autonomia, a autoestima e até mesmo o desempenho escolar das crianças, principalmente daquelas com diagnóstico de TEA. Entretanto, essas evidências não parecem ter força suficiente para transformar práticas sociais arraigadas que seguem colocando o pai como alguém que "ajuda" ou "complementa" e não como alguém que "cuida" (Gonçalves, 2022).

A marginalização da figura paterna no campo do cuidado não é resultado de uma ausência absoluta, mas de uma construção histórica que sempre privilegiou a maternidade como eixo central da criação dos filhos. Durante muito tempo, inclusive no campo das ciências humanas e sociais, a paternidade foi analisada apenas em sua ausência, isto é, como fator de risco e não como fator de proteção. Só mais recentemente os estudos começaram a observar o potencial positivo da presença afetiva do pai, e mesmo assim ainda existe uma lacuna significativa na produção teórica sobre as formas como os homens efetivamente constroem o seu lugar como cuidadores (Bernardi, 2017).

Essa lacuna pode ser atribuída a uma série de fatores, entre eles o próprio silêncio histórico sobre a figura do pai, que foi sistematicamente ignorado como ator relevante no desenvolvimento infantil. Ao contrário da maternidade, que foi amplamente descrita, normatizada e idealizada, a paternidade ficou à margem dos discursos sociais e científicos por muito tempo, o que gerou uma espécie de apagamento simbólico difícil de reverter. Somente com a ampliação do debate sobre os direitos das crianças e das famílias, e com o questionamento dos modelos tradicionais de gênero, é que esse silêncio começou a ser rompido, ainda que de forma tímida (Oliveira; Meneghini, 2020).

O TEA e suas demandas no cotidiano familiar

Segundo Teles (2023), a manifestação precoce dos sinais de autismo, em especial os que afetam a comunicação e o comportamento repetitivo, demanda das famílias uma reorganização completa das rotinas, o que se mostra particularmente desafiador em contextos onde os responsáveis não têm qualquer formação prévia sobre o transtorno. Nesse cenário, as primeiras suspeitas, geralmente originadas pela ausência de respostas afetivas ou pela não verbalização, criam um ciclo de ansiedade e deslocamento afetivo que desestabiliza o cotidiano, sendo frequente a procura por vários profissionais até a obtenção de um diagnóstico definitivo.

Ao receber o diagnóstico, muitos pais entram em um processo de negação e sobrecarga emocional, pois a imagem idealizada do filho se desfaz diante de um conjunto de características que desafiam a expectativa comum de desenvolvimento infantil. As famílias passam a conviver com incertezas e com a necessidade de aprender novas formas de interpretar sinais de afeto, o que muitas vezes exige a suspensão temporária ou definitiva de projetos de vida individuais ou profissionais para ajustar-se à rotina de terapias e atendimentos especializados (Teles, 2023).

A convivência com crianças dentro do espectro exige dos cuidadores o enfrentamento constante de situações relacionadas a crises comportamentais, rigidez com rotinas e sensibilidades sensoriais. Esses desafios se intensificam na medida em que o transtorno apresenta graus variados de comprometimento, sendo necessário que os responsáveis estejam atentos não apenas aos cuidados práticos, mas também aos aspectos sociais da criança, pois o isolamento tende a ser um fator frequente, tanto no ambiente escolar quanto nos espaços de lazer (Teodoro, 2012).

Conforme Teles (2023), as atividades simples do cotidiano, como a alimentação, a higiene e o sono, ganham complexidade quando são atravessadas por episódios de seletividade alimentar, resistência ao toque ou a estímulos táteis, além da dificuldade com alterações inesperadas. Essas características exigem que os pais reorganizem os espaços da casa, as tarefas e o tempo disponível, o que repercute diretamente na estrutura de funcionamento familiar, fazendo com que muitas famílias reduzam drasticamente a participação social externa.

> É importante destacar que as famílias, ao receberem o diagnóstico de TEA de seus filhos, passam por um processo de mudanças em sua rotina e, principalmente, em suas vidas. Essas mudanças estão relacionadas à adaptação da casa, da rotina, dos passeios, da vida profissional dos pais e também no modo de se relacionar com seus filhos e com a sociedade. Tais mudanças ocorrem de forma significativa, interferindo no bem-estar da família como um todo e gerando cansaço físico e emocional (Teles, 2023, p. 42).

Os efeitos dessas exigências acumuladas afetam cada subsistema familiar de forma particular, sendo o conjugal um dos mais vulneráveis. O impacto do estresse psicológico sobre um dos membros do casal tende a reverberar sobre o outro, levando ao surgimento de sintomas depressivos e à deterioração da qualidade das relações, o que pode resultar em maior instabilidade conjugal, agravada pela sobrecarga prática que acompanha os cuidados com uma criança com TEA (Teodoro, 2012).

No caso dos irmãos de crianças autistas, há evidências de que os efeitos se distribuem de maneira desigual. O sentimento de exclusão ou de invisibilidade é recorrente, uma vez que

a atenção dos pais se concentra quase integralmente no filho que demanda acompanhamento constante. Além disso, esses irmãos tendem a assumir precocemente responsabilidades, sendo convocados a colaborar com tarefas que extrapolam o esperado para sua faixa etária, o que interfere em seu desenvolvimento emocional e educacional (Teles, 2023).

A presença constante em consultas médicas, terapias multidisciplinares e reuniões escolares transforma a agenda familiar em uma estrutura que gira exclusivamente em torno do cuidado com a criança autista. Essa reconfiguração gera impactos econômicos significativos, visto que muitas mães deixam seus empregos para cuidar dos filhos em tempo integral, e quando o pai não assume um papel ativo nesse processo, a carga mental e operacional recai exclusivamente sobre a mulher (Freitas; Schraiber, 2019).

A ausência de políticas públicas robustas e de redes de apoio bem estruturadas agrava a vulnerabilidade das famílias, que muitas vezes recorrem a alternativas informais ou inadequadas para suprir necessidades básicas. A inexistência de profissionais capacitados na rede pública, somada à precariedade dos serviços, transforma o cuidado em uma rotina de exaustão e improviso, o que limita a eficácia das intervenções e aprofunda o sofrimento psíquico dos cuidadores principais (Teles, 2023).

Conforme Teodoro (2012), a ausência de acolhimento emocional e de suporte técnico por parte das instituições reforça o sentimento de solidão vivenciado pelos cuidadores. Esse quadro torna-se ainda mais severo quando se considera que o acesso ao diagnóstico e ao tratamento especializado ainda é um privilégio de poucas famílias, concentrado em centros urbanos e em regiões com maior oferta de serviços de saúde e educação especializados.

O impacto do autismo no núcleo familiar também se estende à saúde mental dos cuidadores, especialmente das mães, que, apresentam altos índices de estresse, ansiedade e depressão. Essas manifestações são frequentemente invisibilizadas pelos serviços de saúde, que priorizam o tratamento da criança, negligenciando a necessidade de cuidado com os responsáveis, o que compromete a capacidade de mediação e de suporte no cotidiano doméstico (Teles, 2023).

Frente às inúmeras demandas, a construção de estratégias de enfrentamento passa a ser fundamental para manter a coesão familiar. Essas estratégias, no entanto, não emergem espontaneamente, mas dependem de formação adequada, de acesso a redes colaborativas e de mudanças no olhar social sobre o cuidado, sobretudo no que se refere à corresponsabilidade entre mãe e pai, pois a ausência paterna acentua as desigualdades internas e compromete a saúde sistêmica da família (Teodoro, 2012).

Barreiras à participação paterna no cuidado de crianças com TEA

A ausência da figura paterna no cuidado cotidiano de crianças com TEA tem sido atribuída à naturalização da centralidade materna e à escassez de políticas públicas que reconheçam o pai como agente ativo na parentalidade atípica. Essa ausência não se expressa apenas na falta física, mas na exclusão simbólica da rotina terapêutica, das atividades escolares e da administração das crises, o que relega ao pai um papel periférico, frequentemente restrito ao provimento econômico, comprometendo o exercício da paternidade em sua dimensão relacional (Souza, 2024).

A concepção social de paternidade continua atrelada à lógica do provedorismo, o que inibe o desenvolvimento de vínculos afetivos e interfere na formação de uma referência emocional estável para a criança com TEA. O diagnóstico, quando comunicado, é muitas vezes interpretado como um desafio intransponível, o que leva muitos homens a evitarem o envolvimento direto e a manterem uma distância emocional que é aceita culturalmente como inerente à masculinidade, mesmo quando essa distância compromete a coesão familiar (Hilário *et al*., 2021).

A rigidez dos papéis tradicionais é acentuada em contextos familiares marcados por práticas patriarcais, nas quais a sensibilidade é desvalorizada como atributo masculino. Isso inviabiliza o acolhimento das emoções paternas e dificulta a construção de um ambiente relacional onde o pai possa participar das atividades do cuidado sem ser visto como auxiliar eventual. A própria rede de apoio costuma reforçar essa divisão, marginalizando o pai nos espaços terapêuticos e nas decisões clínicas, o que enfraquece sua capacidade de atuação plena (Danzmann *et al*., 2024).

Conforme Souza (2024), as instituições de saúde, educação e assistência social, ao estruturarem seus serviços com foco na figura materna, acabam por naturalizar a ausência do pai. Essa lógica institucional reforça estereótipos de gênero e impede o compartilhamento de responsabilidades, levando à sobrecarga materna e à negligência de um potencial aliado no cuidado cotidiano. Esse processo compromete a eficácia das intervenções e perpetua dinâmicas familiares desiguais.

A escassez de modelos de paternidade engajados nas práticas de cuidado com crianças neurodivergentes reforça o sentimento de inaptidão em muitos pais, que relatam não se sentirem autorizados socialmente para intervir em questões emocionais ou comportamentais de seus filhos. Isso contribui para o isolamento masculino dentro da própria estrutura familiar e dificulta

a criação de vínculos afetivos que favoreçam o desenvolvimento da criança (Danzmann *et al*., 2024).

Para Danzmann et al (2024), os relatos de mães evidenciam que, mesmo quando há intenção de envolvimento, a ausência de reconhecimento institucional e comunitário inibe o exercício pleno da paternidade. A percepção de que o pai está sempre "ajudando" e não exercendo uma função legítima compromete o desenvolvimento de uma coparentalidade eficaz. Isso reforça dinâmicas assimétricas no cotidiano familiar, que se agravam diante das exigências específicas do TEA.

A falta de espaços de escuta e orientação destinados aos pais é um dos principais obstáculos ao fortalecimento de sua participação. Os grupos de apoio, quando existentes, são majoritariamente frequentados por mães, o que evidencia uma carência de estratégias que integrem efetivamente os homens no processo terapêutico e educativo. A ausência de políticas que considerem as singularidades da vivência paterna contribui para essa marginalização (Hilário et al., 2021).

Outro fator que limita a atuação paterna é o impacto emocional do diagnóstico, que provoca sentimentos de fracasso, impotência e medo do futuro. Tais sentimentos são muitas vezes silenciados ou reprimidos, uma vez que o discurso dominante sobre masculinidade não acolhe fragilidades. A ausência de dispositivos que favoreçam a elaboração psíquica desses conflitos contribui para o afastamento do pai do processo de cuidado (Souza, 2024).

Ainda segundo Souza (2024), o contexto laboral impõe barreiras adicionais à presença paterna, sobretudo diante da ausência de políticas de flexibilização da jornada para acompanhamento terapêutico. A rigidez das normas trabalhistas impede que o pai esteja presente em consultas, sessões e atividades escolares, o que acentua a percepção de que sua presença é secundária, sendo assim, sse impedimento institucionalizado limita as possibilidades de envolvimento afetivo e prático.

A dificuldade em lidar com os comportamentos típicos do TEA, como crises sensoriais, resistência ao contato físico e dificuldades de comunicação, é apontada como outro entrave. Muitos pais relatam não saber como agir diante dessas situações e, sem apoio técnico, sentem-se desqualificados para o cuidado. Isso revela uma lacuna formativa que poderia ser suprida com ações educativas específicas voltadas à figura paterna (Danzmann *et al*., 2024).

Além da ausência de formação, os pais convivem com o medo do julgamento social, o que os leva a evitarem a exposição pública com os filhos. Esse receio é intensificado quando os comportamentos da criança geram reações negativas em espaços públicos, como escolas,

transportes ou comércios, o que reforça o isolamento da dupla pai-filho e diminui ainda mais as oportunidades de interação e fortalecimento do vínculo (Hilário et al., 2021).

Em famílias de baixa renda, a precariedade de recursos amplia os desafios do cuidado e torna mais difícil a divisão equitativa de responsabilidades. Nessas situações, os homens tendem a priorizar o trabalho remunerado em detrimento da participação nas rotinas terapêuticas e educativas. A ausência de políticas compensatórias e de inclusão dos pais nos programas sociais agrava ainda mais essa desigualdade (Souza, 2024).

A ausência de dados sistematizados sobre a experiência paterna no cuidado de crianças com TEA revela uma lacuna na produção científica nacional, o que compromete a elaboração de políticas baseadas em evidências. As investigações que abordam a paternidade ainda se concentram em uma perspectiva auxiliar, sem considerar os homens como sujeitos de cuidado e agentes terapêuticos ativos (Danzmann *et al*., 2024).

A construção de uma paternidade ativa requer o rompimento com os modelos normativos que associam o cuidado ao feminino e a autoridade ao masculino. Para tanto, é fundamental repensar os espaços sociais e institucionais nos quais o pai possa exercer sua função sem estigmas, promovendo uma coparentalidade equitativa e sustentada em vínculos afetivos consistentes (Hilário *et al*., 2021).

Contribuições da presença paterna para o desenvolvimento da criança com TEA

O envolvimento do pai na criação de filhos com TEA é um elemento capaz de transformar as dinâmicas familiares e potencializar o desenvolvimento infantil em múltiplas dimensões. Quando o pai participa das rotinas de cuidado, da mediação comportamental e dos acompanhamentos terapêuticos, amplia-se a rede de apoio direto da criança, o que repercute na segurança emocional e na estabilidade das interações dentro e fora de casa. A figura paterna, nesses contextos, deixa de ser um elemento secundário e se torna uma referência de vínculo e organização. Essa reorganização familiar influencia diretamente a resposta da criança aos estímulos recebidos nos contextos terapêuticos e escolares (Teles, 2023).

Segundo Teodoro (2012), o pai, ao assumir funções no manejo de comportamentos associados ao TEA, como crises de agressividade, rigidez de rotina ou resistência a mudanças, contribui para a ampliação de estratégias de regulação emocional da criança. A forma como esse adulto interage nos momentos de maior tensão oferece modelos distintos de enfrentamento,

o que permite à criança uma maior diversidade de respostas emocionais. Essa pluralidade de estímulos e respostas favorece o desenvolvimento de habilidades sociais adaptativas e pode reduzir a intensidade e frequência de comportamentos desafiadores ao longo do tempo.

A presença ativa do pai durante o processo terapêutico facilita a construção de uma rotina familiar mais equilibrada, o que se reflete positivamente na disposição da criança para participar das sessões e realizar atividades propostas. Quando os cuidadores compartilham a responsabilidade, criam-se condições para que o ambiente doméstico funcione como um espaço complementar ao tratamento. Essa integração fortalece os ganhos terapêuticos, uma vez que a criança passa a vivenciar as orientações recebidas fora do consultório, com reforços cotidianos vindos de ambos os responsáveis, e não apenas da mãe (Hilário et al., 2021).

O processo de escolarização também é impactado positivamente quando o pai participa das decisões pedagógicas, das reuniões escolares e do suporte diário nas tarefas. Esse envolvimento contribui para o alinhamento entre a família e a instituição de ensino, promovendo uma resposta educacional mais individualizada e contínua. A criança, ao perceber o pai como sujeito presente nos ambientes formais, tende a internalizar sua participação como algo natural, o que favorece a construção de um ambiente seguro e propício à aprendizagem (Souza, 2024).

A coparentalidade efetiva permite uma melhor divisão de tarefas no contexto familiar, o que repercute na saúde emocional da mãe e evita sobrecargas que podem desestabilizar o sistema familiar como um todo. Essa divisão afeta diretamente o bem-estar da criança, que passa a conviver com cuidadores menos exaustos e emocionalmente mais disponíveis. A presença do pai, portanto, não representa apenas um apoio prático, mas um fator de equilíbrio emocional e funcional no ambiente doméstico, com impactos indiretos no desenvolvimento infantil (Danzmann *et al*., 2024).

Crianças com TEA que mantêm uma relação consistente com seus pais demonstram maior engajamento nas atividades terapêuticas, o que pode ser atribuído à ampliação do suporte emocional. A figura paterna, ao se fazer presente em momentos-chave, como a mediação de conflitos e a estruturação de rotinas, oferece previsibilidade e estabilidade, condições fundamentais para o progresso no desenvolvimento de habilidades cognitivas, comportamentais e sociais. Esse contexto favorece ainda a construção de vínculos baseados em confiança e na previsibilidade das relações (Teles, 2023).

A participação do pai em interações comunicativas — mesmo não verbais — favorece a ampliação do repertório da criança, que passa a responder a estímulos diversificados e se sente

motivada a buscar novas formas de expressão. Esse tipo de interação, que se diferencia da promovida pela mãe, contribui para que a criança amplie suas competências pragmáticas, favorecendo sua capacidade de comunicação funcional em contextos diversos (Teodoro, 2012).

O envolvimento paterno em situações sociais externas, como visitas a espaços públicos, participação em eventos e contato com familiares e vizinhos, contribui para a generalização de comportamentos aprendidos. A criança passa a aplicar em novos contextos o que foi desenvolvido em ambientes terapêuticos, o que reforça a eficácia das intervenções e amplia sua capacidade de adaptação a diferentes cenários. Essa mediação, quando feita com regularidade, ajuda a reduzir comportamentos de evitamento e resistência à mudança, comuns em crianças com TEA (Souza, 2024).

A segurança emocional promovida pela presença paterna influencia diretamente a forma como a criança lida com frustrações, interrupções de rotina e demandas inesperadas. O pai, ao se tornar um ponto de referência estável, favorece o desenvolvimento da resiliência e da flexibilidade comportamental. Essas competências são essenciais para o processo de inclusão escolar e social, uma vez que ampliam a capacidade da criança de interagir em contextos não controlados e com pessoas desconhecidas, o que é fundamental para sua autonomia (Hilário *et al*., 2021).

A construção de vínculos positivos com o pai também favorece o desenvolvimento da autoestima, pois a criança passa a se perceber como digna de atenção, afeto e reconhecimento. Essa percepção é reforçada em atividades simples, como brincar, conversar, dividir tarefas e participar de decisões cotidianas. O reforço positivo vindo da figura paterna impacta a autopercepção e motiva a criança a se engajar em interações com maior frequência, favorecendo sua evolução nos aspectos emocionais e sociais (Danzmann *et al*., 2024).

A corresponsabilização no cuidado, quando legitimada por ambos os cuidadores, permite a criação de um ambiente menos hostil para o desenvolvimento infantil. A convivência com figuras parentais que compartilham funções de forma equitativa modela comportamentos futuros, influenciando positivamente nas habilidades de resolução de problemas, tomada de decisões e cooperação. Isso cria um contexto no qual a criança desenvolve não apenas habilidades específicas relacionadas ao transtorno, mas competências amplas para a vida em sociedade (Teles, 2023).

A rotina construída com base em práticas compartilhadas entre pai e mãe oferece à criança uma estrutura sólida, que possibilita a antecipação de eventos, a previsibilidade de respostas e a estabilidade emocional necessária para o desenvolvimento integral. Essa

construção cotidiana é favorecida quando o pai assume tarefas como acompanhar o filho a terapias, organizar materiais escolares, preparar refeições e participar das atividades de lazer. A constância dessas ações consolida vínculos e reforça o sentimento de pertencimento (Teodoro, 2012).

A atuação do pai na gestão das situações de crise, como momentos de agressividade, colapsos sensoriais ou alterações de humor, contribui para reduzir o impacto desses eventos no sistema familiar. O treinamento e a experiência compartilhada entre os cuidadores permitem respostas mais rápidas, eficazes e coerentes com os princípios das intervenções utilizadas. Isso aumenta a sensação de controle e previsibilidade da criança e fortalece o vínculo entre pai e filho, especialmente quando o manejo é feito com consistência (Souza, 2024).

O apoio afetivo do pai durante os momentos de regressão ou estagnação nas terapias também é decisivo, pois a criança percebe sua trajetória como acompanhada e validada. Esse reconhecimento fortalece a motivação para o engajamento, mesmo quando não há avanços imediatos. A presença ativa e constante do pai contribui para que a criança se sinta parte de um processo compartilhado e não isolado, o que repercute positivamente em seu bem-estar e disposição para enfrentar os desafios do desenvolvimento (Hilário *et al.*, 2021).

Considerações finais

No presente estudo, embora a revisão tenha revelado avanços no debate sobre paternidade ativa, ainda há uma lacuna na produção acadêmica sobre a experiência de pais cuidadores em contextos de neurodivergência, como no TEA. A maioria dos estudos analisados concentra-se na figura materna, o que evidencia a necessidade de ampliar o olhar científico para compreender as singularidades da vivência paterna. Nesse sentido, pesquisas futuras poderiam explorar com mais profundidade os modos de participação dos pais, suas dificuldades específicas e as formas de apoio mais eficazes para sustentar esse envolvimento dos pais no cuidado da criança com TEA.

Dessa forma, este estudo conclui que promover a presença paterna no cuidado de crianças com TEA exige transformações simbólicas e práticas que envolvem não apenas os indivíduos diretamente implicados, mas também as estruturas sociais que moldam as expectativas e os papéis de gênero.

Ao reconhecer o pai como figura ativa e corresponsável no processo de desenvolvimento infantil, cria-se um caminho possível para construir relações familiares mais justas e contextos mais potentes para o crescimento e desenvolvimento das crianças com TEA.

Referências

ALVES, Carlos Eduardo de Souza; MELO, Marina Mendes de. Autismonasrelaesparentais: os impactos psicossociais vivenciados por pais de crianças autistas. **Revista Interdisciplinar de Psicologia**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 130–142, 2024.

BERNARDI, Bianca. A desconstrução da paternidade: perspectivas de gênero sobre a parentalidade. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 59–75, 2017.

DANZMANN, Claudine de Fátima et al. Práticas parentais e habilidades sociais de crianças com transtorno do espectro autista. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial,** Marília, v. 11, n. 2, p. 99–117, 2024.

FONSÊCA, Carolina de; PARREIRAS, Paula Ribeiro; MODENA, Celina Maria Modena. O cuidado compartilhado na criação de filhos com deficiência: reflexões sobre paternidade e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, e330111, 2023.

FREITAS, Camila de Oliveira; SCHRAIBER, Lilia Blima. A sobrecarga das mães de crianças com deficiência: uma análise interseccional. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 1–16, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES, Bruna Cardoso. **A ausência paterna no cuidado de crianças com deficiência: reflexões sobre gênero e políticas públicas.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

GUEDES HENN, Carolina; SIFUENTES, Marisa. Um pai na sala de espera: a experiência masculina com o diagnóstico e o tratamento do autismo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 298–315, 2010.

HILÁRIO, Ana Paula; OLIVEIRA, Simone; CUNHA, Juliana da Silva. A presença paterna no contexto do autismo: possibilidades e barreiras. **Revista Psicologia em Foco**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 55–72, 2021.

OLIVEIRA, Giovana; MENEGHINI, Ana Beatriz. A paternidade em tempos de transformação: limites e possibilidades de uma atuação cuidadora. **Revista Psicologia e Sociedade,** Belo Horizonte, v. 32, n. 1, p. 1–13, 2020.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza. Representações sociais da paternidade: estudo com pais de filhos hospitalizados. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 125–132, 2001.

SOUSA, Vitória Almeida de. Paternidade e o cuidado de crianças com TEA: desafios e contribuições. **Revista de Psicologia da UNESP**, Assis, v. 40, n. 1, p. 145–160, 2024.

TELES, Letícia. **A presença paterna na vida de crianças com transtorno do espectro autista: desafios e possibilidades.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade Santa Maria, Cajazeiras, 2023.

TEODORO, Marina Dias. **A família de crianças com transtorno do espectro autista: rotinas, desafios e estratégias.** 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.